



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ELY DE FÁTIMA DE MIRANDA NEGRÃO

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS: O PROFESSOR COMO AGENTE
FACILITADOR DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS DO
ESPECTRO AUTISTA**

**CASTANHAL-PA
Janeiro de 2024**

ELY DE FÁTIMA DE MIRANDA NEGRÃO

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS: O PROFESSOR COMO AGENTE
FACILITADOR DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS DO
ESPECTRO AUTISTA**

Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Faculdade de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

CASTANHAL-PA
Maio de 2016

Sumário

1	3
2	5
3.	7
3.	7
3. 2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
4 REFERENCIAL TEÓRICO	4
5 METODOLOGIA	5
6 CRONOGRAMA	5
7 REFERENCIAIS	5

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem sido uma questão central no debate educacional atual. À medida que a sociedade caminha para uma compreensão mais inclusiva da diversidade, o papel do professor torna-se **mais** central no processo de inclusão desses alunos, proporcionando um ambiente educacional que promova todo o seu potencial.

O transtorno do espectro do TEA abrange muitas características, comportamentos e habilidades que exigem uma abordagem individualizada e adaptativa dos professores. Este estudo de caso, inspirado nas ideias de Flick (2018) sobre pesquisa qualitativa, tem como objetivo explorar o papel do professor na inclusão de alunos com TEA na escola pública de ensino regular, considerando as características específicas deste transtorno e os desafios enfrentados no ambiente educacional. Este estudo de caso tem como objetivo explorar o papel do professor na inclusão de alunos com TEA na escola pública de ensino regular.

Ao compreender as necessidades especiais dos alunos como TEA, os professores podem desempenhar um papel crucial na criação de um ambiente inclusivo, promovendo a participação ativa e uma aprendizagem eficaz. Este estudo, alinhado à perspectiva de André e Ludke (2010) sobre pesquisa em educação, pretende analisar práticas pedagógicas, estratégias de ensino e ações que os professores podem realizar para garantir uma inclusão bem-sucedida, respeitando as diferenças individuais e estimulando o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com autismo. A compreensão aprofundada dessas práticas contribuirá para a formação de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Além disso, consideramos que as conscientizações de toda a comunidade escolar, incluindo os colegas de classe, promovem uma cultura que respeita a diversidade e a compreensão das necessidades especiais dos alunos autistas. Sendo assim, é considerado que a inclusão não se limita à sala de aula, mas abrange todo o contexto escolar, este estudo pretende também responder a seguinte questão de pesquisa: como as estratégias pedagógicas em sala de aula podem contribuir para a melhoria das práticas inclusivas assim como podem fornecer informações valiosas sobre o papel do professor nesse processo.

1 JUSTIFICATIVA

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas escolas regulares emerge como um desafio premente e uma necessidade inadiável em um contexto social que cada vez mais destaca a importância da diversidade e busca promover práticas educativas mais inclusivas. A sociedade contemporânea tem evoluído no reconhecimento da riqueza intrínseca à diversidade, compreendendo que cada indivíduo, com suas características únicas, contribui para a tessitura complexa e enriquecedora do tecido social. Nesse contexto, a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares não é apenas uma exigência legal e ética, mas também uma manifestação concreta do compromisso em construir uma sociedade que valoriza e acolhe as diferenças.

A obra "Educação Inclusiva: Conceitos, Políticas e Práticas" de Ferreira e Fernandes (2018) aborda de maneira abrangente os desafios e perspectivas da educação inclusiva, oferecendo insights relevantes sobre a importância da diversidade no ambiente educacional. Os autores destacam que a verdadeira inclusão vai além da presença física dos alunos nas salas de aula, abrangendo adaptações curriculares, suporte pedagógico adequado e a promoção de uma cultura escolar inclusiva.

A urgência da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares fundamenta-se não apenas na necessidade de atendimento aos princípios éticos e legais, mas também na compreensão de que a diversidade é um ativo valioso para o aprendizado e desenvolvimento de todos os estudantes. A convivência com a diversidade proporciona oportunidades de aprendizado significativas, estimula o respeito às diferenças e contribui para a formação de cidadãos mais empáticos e inclusivos.

No cenário brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, emerge como uma legislação fundamental. Esta lei reforça o direito à educação inclusiva para pessoas com TEA, estabelecendo a obrigatoriedade de adaptações e garantindo a igualdade de oportunidades no ambiente educacional. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/96) respalda a inclusão ao salientar a importância de condições equitativas para acesso e permanência na escola,

promovendo adaptações curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA.

No plano internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) destaca a necessidade de garantir a inclusão plena e efetiva das pessoas com deficiência em diversos aspectos da sociedade, incluindo a esfera educacional. Embora não seja específica para o TEA, a Convenção reforça os princípios de igualdade, não discriminação e acessibilidade universal, alinhados ao propósito de uma educação inclusiva.

A legislação, ao garantir o direito à educação inclusiva, transcende sua função normativa, tornando-se um alicerce ético para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A matrícula escolar, vista através dessa lente ética e social, não é apenas um ato burocrático, mas sim uma expressão concreta do compromisso coletivo em superar barreiras, eliminar preconceitos e promover um ambiente educacional onde cada aluno, incluindo aqueles com TEA, possa desenvolver seu potencial pleno.

A promoção da matrícula inclusiva, respaldada por legislações que incorporam princípios éticos, não apenas cumpre regras estabelecidas, mas constrói pontes para uma sociedade mais diversa, respeitosa e acolhedora. Essa jornada, guiada pela ética e amparada pela legislação, é essencial para forjar um futuro educacional onde cada aluno, independente de suas características individuais, seja reconhecido e valorizado em sua singularidade.

Como ressalta Vygotsky, a especificidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por desafios notáveis nas áreas de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, ressalta a imperiosa necessidade de abordagens educativas individualizadas. Como afirmação de reconhecimento da singularidade de cada pessoa com TEA, tais abordagens não apenas atendem às demandas específicas do espectro, mas também proporcionam um ambiente educacional que respeita e promove o potencial único de cada indivíduo.

Portanto, é importante conhecer mais sobre o papel do professor nesse contexto, a fim de melhorar o ensino e atender às necessidades especiais dos alunos com TEA. A participação eficaz requer a conscientização de toda a comunidade escolar, incluindo colegas, famílias e administradores educacionais.

Destarte, como mediadores entre o conhecimento acadêmico e as necessidades individuais dos alunos, os professores desempenham um papel importante na criação de um ambiente acolhedor, que respeite a diversidade e incentive a aprendizagem

colaborativa. Ao compreender o papel do professor nesta situação, poderemos desenvolver estratégias de ensino mais eficazes e fomentar uma cultura escolar que valorize a diversidade, favorecendo assim a inclusão de conhecimentos verdadeiros.

Como os professores das classes comuns dos anos iniciais do fundamental organizam as práticas pedagógicas visando à inclusão dos alunos com transtorno do Espectro Autista.

2 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores dos anos iniciais do ensino fundamental voltadas para os alunos autistas.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as práticas pedagógicas aplicadas que os professores empregam para atender as necessidades dos alunos com TEA em sala de aula.
- Compreender as perspectivas dos professores sobre a inclusão dos alunos autistas.
- Avaliar e monitorar o processo de inclusão para identificar os avanços e as dificuldades, e ajustar as estratégias quando necessário.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de alunos com TEA em escolas de ensino regular é um desafio complexo que exige uma compreensão profunda do papel do professor nesse contexto. O referencial teórico apresentado a seguir busca consolidar conhecimentos relevantes que fundamentam a pesquisa sobre práticas inclusivas para alunos com autista.

• Inclusão Escolar e Diversidade:

A inclusão escolar, conceituada como a participação plena e efetiva de todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, em ambientes de ensino regular, é respaldada por fundamentos legais que visam garantir a igualdade e o acesso à educação para todos. O paradigma inclusivo enfatiza a valorização da diversidade como um elemento enriquecedor para o ambiente escolar, promovendo uma cultura de respeito e acolhimento.

No contexto brasileiro, diversas leis foram promulgadas para assegurar o direito à educação inclusiva, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. A LDB, Lei nº 9.394/96, representa o marco legal da educação no país e estabelece princípios que fundamentam a inclusão escolar. Em seu artigo 58, a LDB destaca a necessidade de garantir condições adequadas de acesso, permanência, participação e aprendizado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nas resoluções da LDB, ainda encontramos o Atendimento Educacional Especializado – AEE que, tendo suporte no artigo 208, III da Constituição Federal³, abarca em um método a ser aplicada no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, como é o caso do TEA. Contudo, há que se ter em mente que:

Tal modalidade educacional deve ser entendida como um instrumento, um complemento que deve estar sempre presente na Educação Básica e Superior para os alunos que dela necessitarem, visando à melhoria da qualidade das respostas educativas que a escola pode oferecer e a consequente facilitação do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2008, p. 43).

Do mesmo modo, a inclusão escolar de alunos com TEA, em dezembro de 2012 passou a consolidar a Lei nº 12.764, suscitando designadamente a respeito do Transtorno do Espectro Autista, atribuindo direitos e incumbindo-se em especial no seu Art. 3º parágrafo único, sendo evidenciada necessidade a presença de acompanhante especializado quando o aluno com TEA encontrar-se incluído nas classes do ensino regular.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por sua vez, reforça a importância de medidas efetivas para assegurar a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o ambiente educacional. O Brasil, ao ratificar essa convenção, comprometeu-se a adotar políticas e práticas que garantam o acesso à educação inclusiva em todos os níveis. Nesse cenário legal, a inclusão escolar transcende a mera presença física do aluno na sala de aula. Ela implica na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, adaptação de recursos, capacitação de profissionais da educação e o fortalecimento da colaboração entre escola, família e comunidade.

A valorização da diversidade, como preconizada pelo paradigma inclusivo, não apenas atende às demandas legais, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos. O convívio com a diversidade contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, empatia e respeito mútuo, formando cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade plural.

- **O Papel do Professor na Inclusão:**

O educador assume um papel crucial na promoção da inclusão de alunos com espectro autista. Fávero e Souza (2016) destacam que o professor atua como mediador entre as características individuais do aluno autista e as demandas do ambiente escolar, buscando estratégias que propiciem a participação ativa e o desenvolvimento integral.

- **Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas:**

Práticas pedagógicas diferenciadas e adaptações curriculares são fundamentais para a efetiva inclusão de alunos com espectro autista (Mantoan, 2003). Essas estratégias visam atender às necessidades individuais, permitindo a diversidade como um elemento essencial no processo educacional.

- **Formação Continuada dos Professores:**

A formação continuada dos professores desempenha um papel fundamental no contexto educacional contemporâneo, sendo um fator crítico para o sucesso da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este processo de aprendizado contínuo vai além de simples atualizações de conhecimento; ele é um caminho estratégico para capacitar os educadores a compreenderem as complexas nuances do TEA e a implementarem práticas inclusivas de forma eficaz.

No âmbito do conhecimento, a formação continuada capacita os professores a adquirirem uma compreensão abrangente das características do TEA. Desde as diferentes formas de comunicação até os padrões de comportamento repetitivo, os educadores são munidos com uma visão detalhada que transcende estigmas e estereótipos associados ao autismo.

Entretanto, a verdadeira riqueza da formação continuada revela-se na sua aplicação prática. Professores bem treinados não apenas entendem o TEA, mas também desenvolvem habilidades para adaptar seus métodos de ensino e currículos. A

flexibilidade pedagógica torna-se uma aliada, permitindo ajustes que atendam às necessidades específicas de cada aluno com TEA.

5 METODOLOGIA

A pesquisa proposta adotará uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão profunda das experiências e percepções dos professores envolvidos no processo educacional inclusivo. Essa escolha metodológica é respaldada por importantes contribuições de autores renomados, como André e Ludke, bem como Flick, cujas obras destacam a riqueza interpretativa e exploratória intrínseca à pesquisa qualitativa. André e Ludke, em "Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas" (2009), argumentam pela necessidade de uma análise qualitativa cuidadosa, ressaltando que "a pesquisa qualitativa se inscreve numa perspectiva interpretativa, em que a compreensão é buscada através da interpretação dos fenômenos, considerando o contexto e as vozes dos participantes". Elas defendem a abordagem qualitativa como um meio eficaz de dar voz aos participantes e capturar a complexidade dos contextos educacionais.

Uwe Flick, em "Introdução à Pesquisa Qualitativa" (2009), contribui para a compreensão da pesquisa qualitativa ao destacar sua natureza exploratória. Ele afirma que "a pesquisa qualitativa é uma ferramenta valiosa para explorar fenômenos sociais complexos, fornecendo uma visão aprofundada e detalhada". Flick ressalta a flexibilidade metodológica dessa abordagem, permitindo aos pesquisadores adaptarem-se aos contextos em evolução e mergulharem nas experiências dos participantes.

Portanto, ao adotar a pesquisa qualitativa nesta investigação, busca-se seguir os princípios delineados por André e Ludke, que destacam a interpretação cuidadosa e contextualizada, e por Flick, que enfatiza a natureza exploratória e a profundidade proporcionada por essa abordagem. Estas referências fundamentam a escolha metodológica e orientam a pesquisa na compreensão aprofundada do processo educacional inclusivo.

Lócus e Participantes da Pesquisa:

O local da pesquisa será na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Inês, e os participantes da pesquisa serão selecionados com base em critérios específicos. A amostra incluirá professores, e a seleção será criteriosa, levando em

consideração o tempo de experiência docente, o envolvimento em processos de inclusão e a presença de alunos com aparência autista em suas turmas.

Os participantes da pesquisa serão tanto os professores quanto os alunos. Os professores serão escolhidos com base em seu tempo de experiência e envolvimento em processos de inclusão, para garantir uma representatividade que abranja diferentes contextos educacionais. Quanto aos alunos, a pesquisa focará especificamente naqueles com TEA em turmas inclusivas, visando compreender melhor como os professores lidam com a inclusão dos alunos e quais práticas pedagógicas são adotadas nesses casos.

Coleta de Dados:

a. Entrevistas Semiestruturadas:

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores participantes. Essas entrevistas visam explorar suas percepções sobre o papel desempenhado na inclusão de alunos com aparência autista, bem como identificar as estratégias empregadas e os desafios enfrentados. As respostas fornecerão insights importantes sobre as práticas pedagógicas e a dinâmica em sala de aula.

b. Observações em Sala de Aula:

O estudo incorpora observações em sala de aula, permitindo registrar práticas pedagógicas em tempo real. Essa abordagem proporcionará uma compreensão mais concreta das interações entre os professores, os alunos com espectro autista e os demais colegas. Serão registradas **em diário de campo de pesquisa** as adaptações curriculares e estratégias específicas utilizadas pelos professores.

Análise de Documentos e dos Dados Coletados na Pesquisa:

Serão analisados os documentos escolares, tais como planos de aula, materiais didáticos adaptados e relatórios de avaliação. A análise de conteúdo, conforme delineada por Bardin em sua obra "Análise de Conteúdo" (2011), propõe uma abordagem estruturada para a investigação qualitativa de materiais diversos. Este método, composto por etapas distintas, oferece uma estrutura sólida para a interpretação sistemática de dados.

A primeira fase, denominada pré-análise, é fundamental para o sucesso da pesquisa. Nela, ocorre a organização meticulosa dos materiais, a formulação de hipóteses e objetivos, além da seleção criteriosa das unidades de análise. Essa etapa estabelece as bases para as fases subsequentes. A etapa de exploração do material destaca-se pela codificação, uma prática essencial para a identificação de categorias e unidades de registro. Essa codificação cria um sistema que reflete fielmente o conteúdo do material, proporcionando uma compreensão aprofundada dos dados. No tratamento dos resultados, ocorre a organização e interpretação dos dados coletados. Dependendo da abordagem escolhida, podem ser utilizadas estatísticas descritivas para fornecer insights quantitativos, complementando a análise qualitativa. Essa fase visa extrair significados relevantes e identificar padrões emergentes.

A fase de inferência e interpretação constitui o núcleo da análise de conteúdo. Aqui, os pesquisadores buscam realizar inferências significativas, relacionando os resultados aos objetivos da pesquisa. Esta etapa demanda habilidades interpretativas e uma compreensão aprofundada do contexto da pesquisa. A elaboração do relatório encerra o processo, apresentando de maneira clara os resultados, discutindo as conclusões e, quando apropriado, sugerindo direções para pesquisas futuras. A análise de conteúdo, segundo a abordagem de Bardin, oferece, assim, uma estrutura robusta e sistemática para a interpretação de dados qualitativos, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas de estudo.

Ética:

A condução da pesquisa seguirá rigorosamente os princípios éticos fundamentais, assegurando o respeito à privacidade dos participantes e a confidencialidade das informações coletadas. Este compromisso ético é essencial para garantir a integridade da pesquisa e o bem-estar dos envolvidos. Os participantes serão abordados de maneira ética e transparente, recebendo informações detalhadas sobre os objetivos, métodos e possíveis impactos da pesquisa. Antes de sua participação efetiva, será solicitado que cada participante forneça consentimento voluntário, demonstrando sua disposição em colaborar com o estudo.

Esse processo de consentimento será formalizado por meio da assinatura de um termo de livre consentimento, ressaltando a voluntariedade e a liberdade de retirar-se a qualquer momento sem consequências adversas. A garantia da confidencialidade será

mantida através da adoção de práticas seguras na coleta, armazenamento e análise dos dados. Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma agregada e anônima, preservando a identidade individual dos participantes.

6 CRONOGRAMA

Atividades	Maio	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Elaboração do projeto								
Entrega do projeto								
Pesquisa bibliográfica								
Coleta de Dados								
Apresentação e discussão dos dados								
Conclusão								
Entrega do TCC								
Defesa para a banca								

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a complexidade e a relevância do papel do professor na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. Observa-se que a inclusão não se limita à matrícula do aluno, mas exige práticas pedagógicas adaptadas, estratégias diferenciadas e o comprometimento de toda a comunidade escolar, incluindo colegas, familiares e gestores.

Os dados levantados demonstram que, embora haja avanços significativos nas legislações nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação inclusiva, ainda existem desafios concretos no cotidiano escolar, como a necessidade de formação continuada dos professores e o desenvolvimento de métodos pedagógicos que considerem as particularidades de cada aluno com TEA.

Destaca-se, portanto, que o professor atua como mediador essencial, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social, emocional e comunicativo do aluno autista. As práticas pedagógicas inclusivas, quando bem planejadas e aplicadas, contribuem para a construção de um ambiente educativo mais justo, respeitoso e acolhedor, fortalecendo o princípio de que a diversidade enriquece o processo de aprendizagem de todos.

Por fim, conclui-se que esta investigação reforça a importância da conscientização da comunidade escolar e da implementação de estratégias educativas eficazes, alinhadas à legislação vigente, como ferramentas indispensáveis para a promoção de uma educação

inclusiva de qualidade. Estudos futuros podem aprofundar a análise sobre a eficácia de diferentes estratégias pedagógicas e ampliar a compreensão sobre a atuação do professor como agente facilitador da inclusão escolar.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília/DF, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 28 jan. 2025

SILVA, Adriana Marília da. Inclusão da criança autista em sala de aula regular em Recife. Disponível em: <http://repository.ufrpe.br/handle/123456789/3835>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Flick, U. (2009). Introdução à Pesquisa Qualitativa. Artmed Editora.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Abr. 2009. (Inserir aqui o tipo de trabalho, por exemplo, "Monografia", "Dissertação", "Tese").

SANTOS, A. A. S. dos; LEITE, D. S. Inclusion of students with autism in regular education: analysis in an elementary school. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4471. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4471>. Acesso em: 20 de jan. 2024

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Abr. 2009.

PRETTO, Z.; LAGO, M. C. de S.; AREND, S. M. F. A escola como trabalho na vida das crianças. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, (43), 2015.

GUEDES, N. P. da S.; TADA, I. N. C. A produção científica brasileira sobre autismo na psicologia e na educação. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 303–309, set. 2015.

TERESA, M.; MANTOAN, E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O->

ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9ria-Para-salvar-MANTOAN-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em:15 de jan. 2024.

FERREIRA, M. C.; FERNANDES, F. D. Educação inclusiva: conceitos, políticas e práticas. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. EPU Editora, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.